

ELEMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DA LITURGIA

Pensar sobre a história da liturgia requer, antes de tudo, considerar os seguintes elementos:

- I) Jesus Cristo não deixou nada escrito. Não traçou nenhum ritual de cerimônias religiosas.
- II) A grande liturgia foi, de fato, sua vida, o mistério de sua morte e ressurreição, oferecendo-se como sacrifício, ao Pai e às irmãs e irmãos.
- III) Os apóstolos continuavam indo ao templo para a oração. No começo, a Igreja não possuía um culto próprio diferente do judaísmo.
- IV) Mas, ao mesmo tempo que iam ao templo, iam criando formas próprias de culto que ia acontecendo nas casas. Celebravam a nova aliança com a morte de Cristo pela renovação da Ceia Pascal do Senhor.

Nos Primeiros Quatro Séculos:

O livro é a Bíblia;

Os cantos são os salmos e cânticos bíblicos;

As comunidades não têm um templo: a igreja doméstica nascente aos poucos vai se afastando das sinagogas e templos do judaísmo;

As orações e fórmulas não são fixas. Não existiam regras litúrgicas precisas. Os gestos não eram os mesmos em todas as igrejas;

Desenvolviam suas próprias liturgias e ritos adaptando ao seu ambiente histórico e conforme a formação cultural.

Santo Hipólito de Roma, pelo ano 200, deixou escrita uma fórmula de oração eucarística. Esta oração foi adaptada aos nossos tempos e corresponde, mais ou menos, à Oração Eucarística II, conforme o Missal Romano.

Santo Hipólito dizia: “cada celebrante dê sua ação de graças como pode.”



Os Formulários Litúrgicos

Só começaram ser escritos na segunda metade do século IV (350) e vão até o final do século VII (680) – há uma fecundidade de composições para a celebração eucarística e os sacramentos.

Do século VIII ao século XII a atividade criadora vai diminuindo e já se compilam os diversos formulários.

Nos séculos XIII e XIV já se completara uma organização litúrgica que permaneceu na Igreja por muito tempo. Foi o período em que se fixou a estrutura litúrgica do:

Ano Litúrgico;

Ritual dos Sacramentos;

Canto Litúrgico;

Lecionário (sistema de leituras do 1º e 2º testamento).

Fatores que contribuíram para a evolução dos Ritos

A) A lei do desenvolvimento da Igreja: a doutrina tornou-se mais precisa. A Igreja se organizou em comunidade. Houve necessidade de exprimir mais claramente o mistério da salvação na celebração e nos ritos dos sacramentos.

B) A influência de Igreja para Igreja: O ano litúrgico, as festas, o Natal. O Natal vem de Roma... O advento, preparando o Natal, vem dos sírios.

C) Influências exteriores

1. Influências judaicas: O antigo testamento era uma fonte comum para o judaísmo e o cristianismo. Ritos do AT entraram a liturgia cristã (Ordenação, Unção – Ex 29,12-18)

2. Influências dos cultos pagãos: utilização da água, do sal bento, das luminárias, do incenso... O Natal no dia 25 de dezembro, para opor uma festa pagã à uma festa cristã. Era a festa do sol... Mostrando que Cristo é o Sol da justiça.

Datas Importantes

Entre os séculos XV e XVI os problemas litúrgicos ocuparam um plano secundário na vida da Igreja. Passou a ser sempre mais algo para clérigos e religiosos. No fim da idade média houve uma grande decadência da liturgia.

De 1546 até 1563 houve o Concílio de Trento que marcou o ponto de partida de toda a renovação litúrgica. Há uma tentativa de voltar às fontes tradicionais e chegar à uniformidade na celebração.

De 1614 à 1903 – três séculos de estabilidade litúrgica.

Em 1903 o Papa Pio X deu início a uma reforma profunda: para uma profunda participação ativa de todos os fiéis na celebração litúrgica.

Mas coube ao Papa João XXIII abrir o caminho novo com o Concílio Vaticano II, em 1962, que trouxe uma profunda reforma:

A) Apresenta uma teologia da liturgia: O mistério Pascal de Cristo é a fonte e o centro do culto prestado a Deus pelo corpo místico de Jesus Cristo. Nascida da morte e ressurreição do Senhor, a Igreja tem por missão anunciar aos homens que eles foram salvos no sangue de Cristo e renovar a refeição sacrificial do Senhor “até que ele venha”, antecipando na assembléia litúrgica da terra (nº 5 e 8).

B) Exige uma reforma geral da liturgia: deve-se manter a sã tradição (nº 23), mas na restauração da liturgia deve-se “abrir caminho ao progresso legítimo” (23), a fim de “apresentar aos fiéis com maior abundância a mesa da palavra de Deus” (51). A reforma concerne ao missal romano, canto (122), aos lugares do culto (112) e, sobretudo, ao modo de participação dos fiéis na liturgia (14).

C) Uma ação colegial do papa e dos bispos: “as diferentes assembléias de bispos legitimamente constituídas, competentes num território (22), podem fazer adaptações necessárias” – sobretudo, com relação à administração dos sacramentos, procissões, línguas litúrgicas, música sacra e arte (39).

D) A aculturação: a porta está aberta às culturas dos povos e ao uso das línguas vivas para utilidade dos povos (36).